



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570994 - SP (2020/0080953-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RENATO DOS REIS GREGHI
ADVOGADO : RENATO DOS REIS GREGHI - SP271988
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO HUDSON
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **RICARDO HUDSON** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 4 (quatro) ano, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa pela prática dos delitos previstos nos artigos 241-A e 241-B, ambos da Lei n. 8.060/90, na forma do artigo 69 do Código Penal. Interposta apelação defensiva, restou desprovida (e-STJ, fls. 8-15).

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que não foi intimado para a sessão de julgamento da apelação e que desejaria realizar sustentação oral.

Requer, inclusive liminarmente, “a anulação do julgado, determinado que seja o Patrono do Paciente seja devidamente intimado para todos os atos processuais, bem como, seja intimado o I. patrono do Réu referente a nova data de julgamento, este que desde já ressalta que sustentará oralmente as suas razões perante o Tribunal *a quo*” (e-STJ, fl. 6).

É o relatório.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo aos impetrantes a apresentação de documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com as peças indispensáveis para a análise desta impetração. Não foram acostadas aos autos as cópias das certidões relativas à intimação para o julgamento da apelação. Ressalte-se ainda que as peças dos autos juntadas neste *writ* saltam da fl. 337 (numeração na origem, despacho do juiz dando ciência da interposição do recurso) para a fl. 371 (acórdão da apelação e certidão de publicação do acórdão da apelação), bem como o andamento processual anexado às fls. 16-21 (e-STJ) referem-se ao processo na primeira instância.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO DOMICILIAR. DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES. REVOGAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VISLUMBRADO. FUNDAMENTOS DA PRISÃO ORIGINÁRIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Quanto às considerações relacionadas ao decreto preventivo originário, tal decisão não foi juntada aos autos, inviabilizando o exame das alegações de constrangimento ilegal. É de se ressaltar que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente. Precedentes.

3. A respeito da não realização de audiência de custódia, a questão sequer foi cogitada no acórdão atacado, de modo que não pode ser examinada diretamente por esta Corte, por configurar supressão de instância.

4. A revogação da prisão domiciliar foi devidamente fundamentada, uma vez que a paciente, em menos de 2 meses de gozo do benefício, descumpriu, por mais de uma vez, seus termos, afastando-se de seu lar sem autorização judicial prévia.

5. No que tange à ausência de prévia oportunidade para a defesa se manifestar antes da revogação do benefício, verifica-se que o acórdão atacado não examinou a matéria, e tampouco foram opostos embargos declaratórios, de modo que a questão, também nesse ponto, encontra óbice na supressão de instância.

6. Ordem não conhecida."

(HC 473.431/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 19/2/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA PRETENSÃO DEDUZIDA. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese na qual o *writ*, impetrado contra decisão que negou liminar, foi indeferido liminarmente, por falta de instrução, não tendo sido juntada ao feito cópia da decisão em liminar proferida pela Corte estadual, o que inviabiliza a análise da pretensão deduzida no *writ*.

2. O rito célere do *habeas corpus* demanda, para que seja analisada a ocorrência de constrangimento ilegal, prova pré-constituída, sendo de responsabilidade exclusiva do impetrante a instrução do *writ*.

3. A transcrição do teor da decisão no corpo da inicial da impetração não se mostra suficiente para sanar o vício e possibilitar o exame da matéria nesta Corte.

4. Ainda que fosse considerada a mera transcrição do decisum no corpo da petição inicial, não se constataria constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do STF.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 484.988/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 5/2/2019, DJe 14/2/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO E NARRATIVA DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL QUE SE IMPÕE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o remédio constitucional do *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso), por cuidar-se de procedimento que 'pressupõe prova pré-constituída do direito alegado' (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe de 28/06/2018). Assim, ao não se desincumbir do ônus de formar e narrar adequadamente os autos quando da impetração do *writ*, a Parte Impetrante impede a apreciação do mérito do *writ*.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 526.388/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 5/9/2019, DJe 17/9/2019).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas
Relator